

ATA CMP Nº 03/2026

1 ATA DA 3ª (TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
2 PREVIDÊNCIA (CMP) - MANDATO 2026 – 2030. Aos quatro dias do mês de março do ano de  
3 dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, na sede do Instituto de Previdência Municipal  
4 dos Servidores Públicos do Município de Viçosa (IPREVI), situada à Avenida P.H. Rolfs, Edifício  
5 Meridien Center, 3º andar, Centro, Viçosa, Minas Gerais, realizou-se a 3ª Reunião Ordinária do  
6 Conselho Municipal de Previdência (CMP), referente ao mandato 2026–2030, com a presença dos  
7 Conselheiros André de Carvalho Gonçalves, Jorge Lucas Santos da Luz e sua suplente Lutércia Maria  
8 Ferreira de Oliveira, Maria de Souza Fontes suplente de Daniela Martins Rodrigues, Jaqueline da Silva  
9 Ribas Lima suplente de Marcos Willian dos Santos Fórneas e Rosângela Cardoso de Carvalho. As  
10 Conselheiras Melissa Maffia Maia, Glaucia Coutinho Ramos D’Antonino e respectivas suplentes  
11 justificaram a ausência. O Conselho se reuniu para tratar dos seguintes assuntos: **1. Apresentação do**  
12 **Projeto de Educação Financeira e Previdenciária; 2. Discussão sobre andamento do curso de**  
13 **preparação para a certificação; 3. Análise do Projeto de Lei de adequação da Legislação à E. C.**  
14 **103/2019. 4. Assuntos Gerais.** Inicialmente, a Presidente do Conselho, Rosângela, relatou sua  
15 participação no Congresso RPPS 2026, onde foi destacado a importância da atuação dos Conselhos, da  
16 certificação dos membros, da melhoria no nível do Pró-Gestão e da adequação à Emenda  
17 Constitucional nº 103/2019. Ressaltou que ao participar do evento reforçou-se para ela que o IPREVI  
18 possui uma estrutura sólida e alinhada às boas práticas. Informou também que, durante o congresso,  
19 foi enfatizado que, para o IPREVI avançar do **Nível I para o Nível III do Pró-Gestão RPPS**, um dos  
20 critérios fundamentais é a implementação de ações de **Educação Previdenciária**. Nesse sentido,  
21 relatou que, em conversa com a Controladora Camila, foi informada de que o IPREVI já está  
22 desenvolvendo um programa voltado à implementação da Educação Previdenciária no Instituto. Diante  
23 disso, passou a palavra à Controladora Camila para a apresentação do referido Programa. Camila  
24 iniciou informando que o Instituto tem 02 projetos voltados a Educação previdenciária. A Controladora  
25 apresentou o Projeto de Educação Financeira e Previdenciária, com iniciativas desenvolvidas pelo  
26 IPREVI em parceria com a UFV e o GPPREV, o qual visa promover conhecimentos financeiros e  
27 previdenciários de forma acessível e lúdica para os alunos do Ensino Fundamental II, do 6º ao 9º ano,  
28 da rede pública municipal e servidores públicos da Educação. O projeto busca ampliar o conhecimento  
29 sobre previdência e finanças, com impacto também nas famílias e na sociedade. Em seguida foi  
30 apresentado o Projeto de Educação Previdenciária desenvolvido pelo GPPREV, pela estagiária  
31 Marcela, onde foi divulgado os links para acesso a vídeos educativos sobre a previdência. Os

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

32 conselheiros destacaram a relevância da educação previdenciária como instrumento de esclarecimento,  
33 diante da falta de conhecimento e da existência de percepções equivocadas sobre o sistema  
34 previdenciário. Também foi debatida a melhor forma de realização das reuniões, oficinas e  
35 apresentações, priorizando locais neutros e estratégias que ampliem a participação dos servidores. Os  
36 Conselheiros sugeriram também ações como reuniões setoriais sobre Educação Previdenciária e  
37 capacitações para novos servidores. O Conselheiro Jorge parabenizou a iniciativa de desenvolver ações  
38 junto à Educação Básica. Destacou que considera a proposta muito interessante, indo além do simples  
39 cumprimento de requisitos para a certificação do Pró-Gestão, pois se trata também de um trabalho do  
40 IPREVI de retorno e esclarecimento para a sociedade. Enfatizou que esse diálogo é ainda mais  
41 relevante no momento atual, em que está em discussão o Projeto de Reforma da Previdência Municipal,  
42 para que os servidores possam compreender melhor o porquê das mudanças propostas, o que está sendo  
43 apresentado e de que forma essas alterações poderão impactar suas vidas funcionais e previdenciárias,  
44 o que reforça ainda mais a necessidade de ações de educação previdenciária e de espaços de diálogo e  
45 esclarecimento. Em relação ao **Curso para a certificação dos Conselheiros**, a Presidente informou  
46 que recebeu um relatório da empresa e verificou que muitos Conselheiros ainda não iniciaram o curso,  
47 restando cerca de 60 dias para conclusão, sendo a certificação requisito essencial para a permanência  
48 e atuação no Conselho, conforme as normas vigentes e, neste sentido destacou a necessidade de maior  
49 comprometimento por parte dos Conselheiros, enfatizando a importância de que todos busquem a  
50 certificação dentro do prazo estabelecido. Ressaltou, ainda, a importância da participação dos  
51 Conselheiros suplentes nas reuniões, de modo que estejam atualizados e preparados para eventual  
52 substituição dos titulares. Na sequência, como forma de ampliar o conhecimento e fortalecer a atuação  
53 do colegiado, a Presidente informou que recebeu do Diretor-Presidente um **cronograma de cursos de**  
54 **capacitação**, esclarecendo que a recomendação é a participação de dois conselheiros por curso,  
55 devendo o cronograma ser disponibilizado no grupo do Conselho a fim de garantir amplo acesso às  
56 informações e possibilitar melhor organização e manifestação de interesse dos membros. **Quanto ao**  
57 **Projeto de Lei de adequação à EC nº 103/2019**, a Presidente informou que foi um dos temas  
58 amplamente debatidos no Congresso, ressaltando que essa adequação é fundamental, uma vez que as  
59 alterações promovidas pela referida Emenda impactam diretamente os critérios e exigências do Pró-  
60 Gestão RPPS. Destacou-se a necessidade de atualização da legislação municipal e da Lei Orgânica,  
61 bem como a importância de análise técnica baseada na Avaliação Atuarial. Os conselheiros enfatizaram  
62 a necessidade de aprofundar o debate, considerando possíveis ajustes que minimizem impactos aos  
63 servidores sem comprometer o equilíbrio do regime. Rosângela informou que, sobre a Avaliação

Jorge

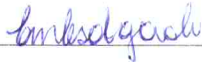
Rosângela



64 Atuarial, o Diretor Edivaldo havia ligado para ela e informado que o Atuário ia mandar o relatório do  
65 Cálculo Atuarial até o dia 10 de março e que este relatório será enviado no grupo do Conselho para  
66 conhecimento e posteriormente ser discutido com o Atuário que irá apresentar e responder aos  
67 questionamentos dos Conselheiros. Quanto ao Projeto o Conselheiro André expôs que é importante  
68 que os todos tragam questionamentos objetivos, para ser repassado ao Atuário para fazer o cálculo.  
69 Ficou definido que serão realizadas reuniões extraordinárias às terças e quintas-feiras, das 13h às 14h,  
70 para discussão do projeto, com participação também dos suplentes (sem direito a voto, na presença dos  
71 titulares). Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e eu Cássia Maria Lopes Salgado, Chefe  
72 de Secretaria do IPREVI, digitei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por mim e os  
73 demais presentes à reunião.

André de Carvalho Gonçalves \_\_\_\_\_ 

Camila Costa Vitarelli \_\_\_\_\_ 

Cássia Maria Lopes Salgado \_\_\_\_\_ 

Jaqueline da Silva Ribas Lima \_\_\_\_\_

Jorge Lucas Santos da Luz \_\_\_\_\_ 

Lutércia Maria Ferreira de Oliveira \_\_\_\_\_ 

Maria de Souza Fontes \_\_\_\_\_ 

Rosângela Cardoso de Carvalho \_\_\_\_\_ 